



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1002118-87.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Compra e Venda**  
 Requerente: **Roseli Duarte**  
 Requerido: **Washington Domingos Napolitano**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ROSELI DUARTE, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Washington Domingos Napolitano, também qualificado, alegando que teria vendido o veículo I/MINI JCW CA, ano de fabricação/modelo 2011/2012, cor branca, placas HHA-8010, Renavam 00362341079 pelo valor de R\$ 95.000,00 ao réu pelo importe de R\$ 90.000,00, e que teria sido ajustado como forma de pagamento um veículo Onix/1.4 MT LT, ano de fabricação/modelo 2015/2016, cor branca, placas GCT-4774, Renavam 01077763732, no valor de R\$ 50.000,00, comprado em nome do réu e alienado junto ao banco *GMAC S/A* e 40.000,00 através de 3 cheques do banco *Itaú S/A*, dois no valor de R\$ 15.000,00 e um no valor de R\$ 10.000,00, e que ditas cártulas foram assinadas por *Arnaldo Barbosa Pinto*, emitidos em abril de 2016 para depósitos nos dias 07/04, 07/05 e 07/06/2016, porém, todos foram devolvidos, pois seriam cheques furtados/roubados e além disso, afirmou que o réu não estaria pagando o financiamento do carro que entregou à autora e que por conseguinte ela terá que devolver esse veículo a financeira por busca e apreensão, e assim, o réu estaria devendo à ela, autora, os R\$50.000,00 mais atualização e juros; aduz que o réu praticou um verdadeiro estelionato contra a autora e que ele teria o dever de pagá-la pelo bem que comprou e ainda indenizá-la por danos morais, à vista do que requereu a procedência da ação, condenando o réu ao pagamento do valor de R\$ 90.000,00 com atualização monetária e juros de 1% ao mês a partir do mês de abril de 2016, bem como seja o réu condenado a pagar à autora, a título de indenização por danos morais, o valor de R\$ 25.000,00 atualizados e juros até o efetivo pagamento, além de custas e honorários advocatícios.

O réu contestou o pedido alegando que realizaria o pagamento com o veículo Onix no valor de R\$ 50.000,00, e, ainda, os 45.000,00 restantes, após receber comissão de uma venda que intermediaria, todavia, não teria concretizado a venda e teria sofrido um AVC, e que tendo em vista a necessidade de consultas médicas e medicamentos que necessitou fazer uso, suas despesas aumentaram consideravelmente; sustentou que teria entregue à requerente os 3 cheques de fls. 25/27 como garantia do pagamento do restante do valor pactuado, solicitando à primeira um maior prazo para quitação do valor, bem como pleiteando à autora que não depositasse referidas cártulas até que as partes se compusessem, e que em momento algum teria se negado a saldar o valor restante do pactuado no negócio entabulado entre as partes, apenas solicitou à autora um prazo maior para o cumprimento da avença; afirmou que em relação aos cheques de fls. 25/27, teria sido vítima de um golpe, pois teria recebido-os da mão de seu emitente, oriundos de negociação entabulada entre os mesmos, no entanto, este, sem qualquer pudor teria registrado a perda/extravio das cártulas e não teria honrado com o combinado com o réu; sustenta ser proprietário de um único imóvel, composto de duas matrículas, que estaria unificado junto à Prefeitura Municipal, e que o utilizaria como sua moradia e de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

sua família, e que não existiria fundamentação para averbação da presente contenda nas matrículas de imóveis localizados em seu nome, porquanto não se trataria de Execução ou Cumprimento de Sentença; alegou não caber indenização por danos morais, uma vez que a autora não teria demonstrado qualquer ato ou fato que pudesse lhe causar prejuízo ou menoscabo moral, assim como não teria qualquer nexo de causalidade que pudesse originar uma condenação a danos morais, de modo a concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

**DECIDO.**

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

Inicialmente, ficam deferidos os benefícios da justiça gratuita ao réu. Anote-se.

Quanto ao mérito, a prova material colacionada pela autora corrobora de forma satisfatória a existência de relação jurídica entre as partes e a existência do débito, o que, aliás, o requerido não nega.

Incontroverso que as partes celebraram contrato verbal em que o requerido se compromete a pagar à autora o valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) em razão da venda do veículo *I/MINI JCW CA, ano de fabricação/modelo 2011/2012, cor branca, placas HHA-8010, Renavam 00362341079*, o que se daria através da entrega de outro veículo, *Onix/1.4 MT LT, ano de fabricação/modelo 2015/2016, cor branca, placas GCT-4774, Renavam 01077763732*, além da quantia de R\$ 40.000,00.

Os alegados problemas financeiros, bem como complicações de saúde, com o devido respeito, não podem servir de justificativa para o inadimplemento da obrigação conscientemente contraída.

Além disso, o réu alega que teria sido "vítima de golpe", no entanto, conforme se depreende dos documentos colacionados aos autos pela autora, o réu é investigado por possível cometimento de crime de estelionato, envolvendo justamente os cheques que foram utilizados para pagamento da avença tida entre as partes.

Assim, o réu não alegou e comprovou qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, ônus que lhe incumbia, conforme redação do art. 373, II, do CPC.

Deste modo, é de rigor reconhecer o direito da autora em receber os valores pugnados.

A multa e os juros contratuais são devidos em razão da confessada inadimplência, que já perdura por meses.

No entanto, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, a demanda é improcedente, uma vez que o mero inadimplemento contratual não dá ensejo ao pedido de indenização por danos morais, por não agredir a personalidade da vítima.

Como bem elucidou o Relator, Ministro João Otávio de Noronha, do E. STJ, no REsp nº 876.527 RJ: *"É certo que o inadimplemento de contrato gera frustração na parte contratante, mas que não se apresenta como suficiente para produzir dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. Assim, para que se entenda que houve conduta desviante da recorrente que pudesse abalar psiquicamente a parte de modo significativo, deve-se investigar não o descumprimento contratual per si, mas as circunstâncias que o envolveram, e isso não foi tratado nos autos."*

Não se olvida que a inobservância das cláusulas contratuais por uma das



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

partes pode trazer aborrecimentos ao outro contratante, mas esse dissabor pode afetar qualquer cidadão em decorrência da complexidade da vida em sociedade.

Desta forma, não há elementos que possam comprovar o sofrimento desmedido, e o mero descumprimento de cláusula contratual não enseja o pagamento de dano moral, como se observa do precedente que colaciono: “*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGURO-VIAGEM. DANOS MORAIS. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. INOCORRÊNCIA EM REGRA. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL NÃO CARACTERIZADA. RECURSO DESACOLHIDO. I - Como anotado em precedente (REsp 202.504-SP, DJ 1.10.2001), 'o inadimplemento do contrato, por si só, pode acarretar danos materiais e indenização por perdas e danos, mas, em regra, não dá margem ao dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. Embora a inobservância das cláusulas contratuais por uma das partes possa trazer desconforto ao outro contratante - e normalmente o traz - trata-se, em princípio, do desconforto a que todos podem estar sujeitos, pela própria vida em sociedade'. II - Não verificadas as omissões apontadas, a mera divergência da parte com o entendimento e a conclusão contidos no acórdão não constituem embasamento a embargos declaratórios. Outrossim, não se pode pretender, por via oblíqua, a reforma da decisão com revisão de questões de fato e de direito” (cf. REsp n.338.162-MG, relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 18.2.2002).*

Em virtude da sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais, nos termos do artigo 86 do Código de Processo Civil e fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, que cada uma das partes deverá pagar em relação ao patrono da outra, nos termos do artigo 85, §§ 2º e 14, também do Código de Processo Civil, vedada a compensação, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita concedida à ambas as partes.

Isto posto JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Washington Domingos Napolitano a pagar a(o) autor(a) ROSELI DUARTE a importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de abril de 2016, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO cada uma das partes ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais, nos termos do artigo 86 do Código de Processo Civil e fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, que cada uma das partes deverá pagar em relação ao patrono da outra, nos termos do artigo 85, §§ 2º e 14, também do Código de Processo Civil, vedada a compensação, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita concedida à ambas as partes.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 02 de maio de 2018  
**Vilson Palaro Júnior**  
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**